

LIMINARIDADES DO SABER-FAZER NA PRODUÇÃO COTIDIANA DOS ESPAÇOS OPACOS **KNOW-HOW LIMINALITIES IN THE DAILY PRODUCTION OF OPAQUE SPACES** MAINI DE OLIVEIRA PERPÉTUO

Maini de Oliveira Perpétuo é Arquiteta, Mestre em Arquitetura Paisagística e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É pesquisadora do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático e do grupo de pesquisa Ordenação Sistêmica da Paisagem: Teoria e Prática. Estuda espaços livres de uso público, urbanismo tático e práticas urbanas contra-hegemônicas.
mainioliveira@fau.ufrj.br

<http://lattes.cnpq.br/4779732410732479>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: PERPÉTUO, M. O. Liminaridades do saber-fazer na produção cotidiana dos espaços opacos. **VIRUS**, n. 25, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v25/671/671pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Ao lançar luz sobre as formas hegemônicas de produção do espaço e ao obscurecer as táticas espaciais opacas, gestadas nas periferias urbanas, os discursos e as práticas urbanísticas reforçam o privilégio simbólico e material conferido à racionalidade tecnocientífica moderna. Nessa perspectiva, as práticas originadas fora desse domínio são tidas como precárias e os não especialistas são vistos como leigos, detentores de saberes considerados hierarquicamente inferiores. Este trabalho busca, com base em uma perspectiva liminar, tensionar dialeticamente as diferentes maneiras de saber-fazer dos especialistas — conhecedores das normas urbanísticas e dos métodos convencionais de projeto — e também dos não especialistas, que constroem cotidianamente seus espaços de vida, de forma gradual e com seus próprios recursos. Essa reflexão materializa-se em uma investigação exploratória sobre o potencial da gambiarra como ação tática, capaz de desestabilizar a separação entre o ato de projetar e o ato de construir, indicando nexos mais horizontais entre o saber e o fazer, e atuando como uma insubordinação horizontal à racionalidade do projeto urbano hegemônico. Como resultado, buscamos vislumbrar nas táticas cotidianas subalternizadas possibilidades de dissolução das fronteiras epistêmicas impostas pela teoria e práxis dominantes no campo da arquitetura e do urbanismo, desafiando o entendimento do projeto como algo acabado e imposto de cima para baixo.

Palavras-chave: Gambiarra, Táticas espaciais, Produção cotidiana do espaço, Espaços opacos, Projeto urbano

1 Introdução: por uma descolonização do imaginário urbano

Ouçá um bom conselho, que eu lhe dou de graça
 Inútil dormir que a dor não passa
 Espere sentado, ou você se cansa
 Está provado, quem espera nunca alcança
 Faça como eu digo, faça como eu faço
 Aja duas vezes antes de pensar
 Corro atrás do tempo, vim de não sei onde
 Devagar é que não se vai longe.
 (BUARQUE, 1972)

Na canção Bom Conselho, Chico Buarque (1972) se apropria de provérbios e ditados tradicionais da cultura brasileira, subvertendo-os, de modo a provocar deslocamentos nas concepções tidas como unívocas no enunciado popular. E se exercício semelhante for feito para alguns dos postulados do saber-fazer do projeto urbano? Afinal, um dos papéis fundamentais do investigador urbano é justamente “ser **subversivo**, isto é, revolver, perturbar, desordenar o estado das coisas e das ideias, transformando a interpretação consagrada, a ação tida como correta ou eficaz, a hierarquia dos valores e a racionalidade dominante” (KOWARICK, 2000, p. 132, grifo nosso).

Em uma investigação subversiva, quais são os saberes relegados e subalternizados pelo campo do urbanismo? Quais são as maneiras de fazer dominantes do projeto urbano e quais são as silenciadas?

A teoria decolonial demonstra que o mito da modernidade eurocêntrica vem sendo projetado e construído — material e simbolicamente — para a manutenção do domínio do colonizador (a referência, o centro) sobre o colonizado (o outro, a periferia). Nesse arcabouço, a colonialidade (QUIJANO, 1992), para além de perpetuar ideias, valores e crenças, também se concretiza na produção do espaço, estabelecendo uma concepção de território sobre outras, que se tornam inferiorizadas (FARRÉS DELGADO, 2014). Em sua dimensão espacial, a colonialidade pode ser percebida no ensino e na prática profissional da arquitetura e urbanismo, quando apenas os saberes e modos de fazer hegemônicos ocidentais são considerados válidos, e determinam as maneiras tidas como corretas de conceber, construir e habitar (FARRÉS DELGADO, 2014).

Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos (2013, p. 47) constata um desperdício da experiência social dos saberes tidos

como as partes desqualificadas da totalidade hegemônica. Ainda assim, esses saberes resistem e continuam a se manifestar nos territórios periféricos, “onde conhecimentos não-científicos e não-ocidentais prevalecem nas práticas cotidianas das populações”. De modo análogo, Milton Santos (2006, p. 210) identifica, nesses territórios, a presença de “contrarracionalidades”, que se localizam “nas áreas menos modernas e mais ‘opacas’, tornadas irracionais para usos hegemônicos”. Os espaços opacos, em contraste aos espaços luminosos, são dotados de grande flexibilidade e capacidade de adaptação, em razão da condição imanente de precariedade e impermanência, nos quais a experiência da escassez se torna “a base de uma adaptação criadora à realidade existente.” (SANTOS, 2006, p. 210).

Nessa condição, os espaços opacos são produzidos por lógicas de organização singulares, pautadas por regras mais flexíveis e adaptadas às mais diversas condições de informalidade (LOBOSCO, 2011; 2022). Nesses contextos, a atuação tática se apresenta como um mecanismo de sobrevivência dos pobres urbanos e expressam “maneiras de fazer” e operar nas fissuras do sistema, de forma a se reapropriar do espaço organizado pelas técnicas e dele tirar partido (CERTEAU, 1998). Com base nesses apontamentos, este trabalho lança luz sobre as táticas de produção do espaço cotidiano, de forma a vislumbrar maneiras outras de pensar o projeto nos contextos opacos, que sejam concebidas de modo menos hierárquico e mais horizontal entre o saber e o fazer.

Metodologicamente, trata-se de um ensaio qualitativo, que parte da concepção do projeto da paisagem urbana como um campo transversal de convergências de saberes, que se situa entre zonas limiares de diferentes campos do conhecimento (PEREIRA; JACQUES, 2018). São buscadas epistemologias outras que se reflitam não apenas no conhecimento abstrato, mas também nas práticas sociais, especialmente naquelas não credibilizadas pela racionalidade científica dominante. Nessa perspectiva, assume-se o pensamento liminar (MIGNOLO, 2003) como uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento, tanto das margens internas do sistema colonial/moderno, quanto das suas margens externas — pensar a partir da margem e pensar sobre a margem.

O artigo se organiza em quatro seções: a primeira seção apresenta um debate acerca dos planos e projetos urbanos no Brasil em sua relação esquizofrênica com a produção informal da cidade; a segunda e a terceira seções buscam friccionar dialeticamente as diferentes maneiras de saber-fazer dos especialistas (sobretudo do papel do projeto como instrumento de dominação e controle disciplinar), dos não especialistas, que constroem no dia a dia seus espaços com seus recursos e meios. A quarta seção apresenta uma investigação exploratória sobre o potencial da gambiarra como ação tática capaz de desestabilizar a separação entre o ato de projetar e o ato de construir. A reflexão pretende contribuir para a descolonização e ampliação do imaginário urbanístico, atuando nas suas brechas, de forma a vislumbrar a dissolução das fronteiras epistêmicas do campo do projeto da paisagem urbana.

2 A esquizofrenia do espaço urbano

Importantes estudiosos da produção do espaço urbano brasileiro (entre os quais, Ermínia Maricato (1982), Raquel Rolnik (2015) e Milton Santos (2006)) demonstram que as cidades brasileiras são marcadas por uma esquizofrenia, na qual uma detalhada legislação urbanística convive com um total *laissez-faire* nos assentamentos periféricos. Isso indica uma aplicação discriminatória dos planos e projetos urbanísticos, de acordo com a conveniência e interesse das classes no poder. Diante desse descompasso, a maior parte da população pobre urbana no Brasil “vive em assentamentos não planejados, nem previamente urbanizados, onde os próprios moradores produzem suas casas de forma gradual, mobilizando seus próprios recursos materiais e financeiros” (ROLNIK, 2015, p. 127).

Nesse panorama, e de acordo com os interesses do capital e da especulação imobiliária, grande parte dos projetos urbanos costuma dialogar com uma parte exclusiva da cidade e condena os demais territórios, considerados caóticos, o que reforça a retórica de que os problemas das periferias são causados pela falta de planejamento. Assim, constata-se que o “não planejamento seletivo” é parte intrínseca do próprio planejamento urbano, que atua como um reforço à urbanização excludente, de forma a apenas administrar as profundas desigualdades socioespaciais nos países da periferia do capitalismo (YIFTACHEL; AVNI, 2014).

Nessa lógica, as transformações e investimentos urbanos ocorrem numa relação extremamente assimétrica, na qual um centro determina o ritmo e o sentido das mudanças na periferia. Assim, a legislação urbanística consagra as morfologias ditadas pelo setor imobiliário, a exemplo da tipologia do condomínio vertical, que se impõe na paisagem urbana das áreas

periféricas das cidades, reforçando a carga simbólica desse padrão de moradia. A consolidação desses padrões modifica substancialmente as formas de organização familiar típicas dos assentamentos populares, caracterizadas pela multifuncionalidade das habitações, pelo máximo aproveitamento do terreno para várias unidades domiciliares, pela junção de moradia e comércio domiciliar ou pelo aluguel de cômodos da casa (ROLNIK, 2015).

Ao estigmatizar as práticas espaciais e socioculturais desses assentamentos, o planejamento e o projeto urbano atuam como poderosos instrumentos de discriminação territorial, étnica e cultural. Contudo, esses territórios não são nem integrados, nem eliminados pelas políticas urbanas, sendo ora tolerados discretamente, ora reprimidos com veemência, fazendo com que as fronteiras entre legalidade e ilegalidade, e entre formalidade e informalidade sejam difusas e mutantes (YIFTACHEL; AVNI, 2014). Reconhecer essa ambiguidade das políticas urbanas demonstra a fragilidade de pensar de acordo com essas supostas dicotomias (legal/ilegal, formal/informal, morro/asfalto, etc.), e fornece uma lente mais adequada para investigar a produção do espaço urbano periférico no Brasil e no contexto mais amplo do sul global.

Para Souza Santos (2013), toda dicotomia esconde, em sua aparente relação de horizontalidade entre as partes, uma relação vertical subjacente — que nada tem de simétrica. Nessa relação vertical, o todo se torna apenas uma das partes que se torna o termo de referência para as demais. Assim, a dicotomia sempre expressa uma hierarquia, tendo em vista que nenhuma de suas partes pode ser pensada fora da relação com a totalidade. Desse modo, pensar as relações em termos puramente dicotômicos significa reforçar o mito da colonialidade e aceitar a dominação extremamente desigual entre saberes que relegou os países do sul global a uma posição de subalternidade: “saberes inferiores próprios de seres inferiores.” (SOUZA SANTOS; MENEZES, 2013, p. 17). Nessa conjuntura, os discursos e as práticas arquitetônicas e urbanísticas hegemônicas seguem moldando as percepções sobre a produção do espaço urbano, ao lançarem luz sobre determinadas maneiras de saber-fazer cidade e ao obscurecerem as práticas socioespaciais tidas como desviantes e subalternizadas.

Contudo, o excesso de luz produzido pela supremacia da técnica e da razão conduz frequentemente à cegueira, e impede a percepção das racionalidades alternativas e de conhecimentos não científicos, especialmente àqueles saberes vinculados à apropriação social dos recursos disponíveis, presentes nos espaços opacos como formas de existência e resistência das camadas populares: “são espaços com menos técnica e mais inventividade, com menos dominação e mais domínio” (RIBEIRO, 2012, p. 68).

3 O saber-fazer dos especialistas

Pela racionalidade técnico-científica, o processo hegemônico de projeto costuma ser caracterizado por uma sequência linear de tarefas, em uma divisão vertical do trabalho, que diferencia claramente as etapas de concepção, execução e uso (BALTAZAR; KAPP, 2006). Por esse viés, a prática projetiva pressupõe a antecipação intelectual de fazeres práticos, utilizando-se métodos de representação de um objeto ainda inexistente, expressos graficamente por meio do desenho técnico. Nessa estrutura vertical, o projeto não apenas reproduz a divisão social do trabalho, como também impede a autodeterminação da produção do espaço pelos moradores (BALTAZAR e KAPP, 2006). Sérgio Ferro (2006) e Paulo Bicca (1984) demonstram que o projeto formatado pela modernidade surge, e se desenvolve, a partir do momento em que a construção passa a ter por finalidade principal a reprodução e acumulação de capital, com vista à extração da mais-valia. Nessa lógica, a função do projeto passa a ser a de “possibilitar a forma mercadoria do objeto arquitetônico, que, sem ele, não seria atingida (em condições não marginais)” (FERRO, 2006, p. 106-107).

Na visão racional produtivista, portanto, o desenho atua como a parte que impõe e transmite ordens de cima para baixo. Vindo de fora, ele chega pronto, como o único laço imediato de unificação entre as tarefas dispersas do canteiro: “O papel desses papéis é claro: reúnem trabalho a trabalho, trabalho a instrumento, atividade feita acéfala à finalidade funcional” (FERRO, 2006, p. 108). Todavia, assim como a dicotomia oculta uma relação vertical subjacente, o projeto hegemônico oculta uma segregação que aparenta unificar. Sua função primordial seria justamente a de juntar “a grande massa de trabalho disperso” no processo construtivo “em um único objeto-mercadoria” (FERRO, 2006, p. 110).

Desse modo, nas intervenções arquitetônicas e urbanísticas sob a lógica racional-produtivista do capital, nada na obra deve lembrar ou expressar a contribuição pessoal dos operários que dela fizeram parte, “isto é, **da sua ação enquanto indivíduo que transfere para a matéria parte da sua subjetividade e saber**” (BICCA, 1984, p. 48, grifo nosso). Ou, nas palavras de

Ferro (2006, p. 6, grifo nosso) o “operário é obrigado a se transformar em força de trabalho abstrata, sem uma gota de sangue, para realizar aquela aplicação precisa do **seu próprio desaparecimento na obra do outro**”. A figura do projeto como o desenho prévio de um produto acabado tem repercussões não somente na maneira como se dá a construção do espaço, mas também na maneira de habitá-lo. Sob essa lógica, o projeto de arquitetura e urbanismo resulta tanto na subordinação do saber-fazer dos indivíduos que executam a obra quanto no cerceamento da liberdade de modificar a obra por aqueles que nela habitarão (BALTAZAR e KAPP, 2006).

Historicamente, nas sociedades pré-capitalistas, o ato de conceber e o ato de construir ainda não haviam sido rigorosamente separados do ponto de vista da divisão social do trabalho, e “o **ato de projetar desenhando fazia parte do mesmo trabalho que envolvia o projetar fazendo**, do qual, por sua vez, participava não apenas o mestre, mas todos os demais trabalhadores da corporação” (BICCA, 1984, p. 107, grifo nosso). Nesse sentido, a capacidade de projetar **não era um privilégio exclusivo dos arquitetos**, pois fazia de cada participante da obra um projetista e um executante simultaneamente. A rígida separação entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução se dá a partir do Renascimento, quando o fazer arquitetura passa a significar o ato de projetar sob a forma do desenho técnico (BICCA, 1984). Cumpre reconhecer, portanto, que a separação entre o conceber e o executar não é obra do acaso, mas claramente fruto de construções historicamente determinadas.

Na busca por outras chaves para compreender as diferentes maneiras de saber-fazer e o próprio entendimento do projeto, são encontrados na contemporaneidade autores que buscam reposicionar o lugar do projeto sob uma perspectiva crítica, e que vise à transformação socioespacial. No campo dos estudos decoloniais latino-americanos, destacam-se as contribuições de Arturo Escobar e do designer Alfredo Gutiérrez Borrero.

Escobar (2016) apresenta um fértil debate acerca dos sujeitos autorizados a projetar e demonstra que o projeto vem sendo utilizado como uma tecnologia política central da modernidade. No entanto, refuta o pressuposto de que **apenas os especialistas possuem o domínio do projeto** e parte da premissa de que toda comunidade projeta seu ambiente, suas organizações, suas relações sociais e suas práticas cotidianas de acordo com suas realidades singulares. Gutiérrez Borrero (2015) propõe a ampliação da noção de projeto para os “desenhos dos suís” ou “desenhos outros” e demonstra que, embora todos os grupos humanos possuam a habilidade natural de projetar, somente o projeto técnico, desenhado por meio de uma linguagem gráfica e de cunho industrial, costuma ser considerado válido e universal. Nessa lógica discriminatória, assinala que **“a produção de objetos do pobre e do campesino, do mestiço e do indígena, ou do negro fica relegada ao atraso — é apresentada como artesanato quanto está à margem do impulso industrial ou como gambiarra ou recursividade quando a ele resiste”** (GUTIÉRREZ BORRERO et al., 2020, p. 65, grifo nosso).

No contexto brasileiro, Freire-Medeiros e Name (2019), em direção semelhante, apresentam a proposição da “Epistemologia da Laje”, na qual questionam o fato da arquitetura das favelas produzida por não especialistas ser usualmente desconsiderada como projeto. Nessa perspectiva, defendem a laje como um projeto “que resiste à imposição de racionalidades técnico-científicas moderno-coloniais que operam na chave da universalidade e que, por consequência, pretendem-se produtoras e detentoras de todo conhecimento possível.” (p. 166). Em diálogo com essas proposições e de forma a alargar a noção de projeto como um campo de convergência de saberes, são investigadas a seguir algumas peculiaridades do saber-fazer dos não especialistas nos contextos das periferias urbanas.

4 O saber-fazer dos não-especialistas

Enquanto, no saber-fazer convencional dos especialistas, o projeto dita o ponto de início e o ponto de conclusão da obra — definindo o momento “certo” de parar —, no saber-fazer das autoconstruções das periferias urbanas, não há um desenho preliminar a ser seguido, não havendo, por conseguinte, um resultado final a ser atingido. Essa distinção é explicitada por Jacques (2001, p. 13), que identifica que os dispositivos arquitetônicos e urbanísticos das favelas se conformam por processos singulares, e são investidos “de uma estética própria, com características peculiares, completamente diferente da estética da cidade dita formal”.

Por esse processo singular, os espaços opacos são marcados por transformações que ocorrem no seu cotidiano, em um contínuo estado de incompletude, considerando que sempre haverá melhorias e ampliações por fazer. Frente à escassez de recursos, a produção continuada das casas possibilita a flexibilização dos custos e uma constante abertura para novas

possibilidades — seja porque a família que cresce, seja pelo fato de surgir alguma renda extra, como pode ser observado no depoimento a seguir:

Eu comprei este terreno, tinha uma casinha, destas que o governo fez, mas eu derrubei pra ampliar, **porque estas casinhas do governo não dão pra ampliar direito, tem que refazer tudo**, mas aproveitei muita coisa, tirei telhado, bati laje e fiz em cima. [...] eu **vou tirar este telhado aí do bar, pra bater a laje e fazer mais um quarto aí em cima. Porque o bar é alugado, então alugo mais um quarto e isso me ajuda a terminar a casa depois**. Mesmo na parte de baixo que era pra ser a minha casa, um pedaço eu separei e aluguei, afinal, um quartinho aqui vale cem reais (Gilberto, morador de Novos Alagados-Araçás apud LOBOSCO, 2011, p. 263, grifo nosso).

Pelo exposto, nota-se que a construção contínua e sucessiva ocorre de acordo com os meios e a disponibilidade de tempo do morador, “que, desde o começo, deve provar dispor de grande capacidade de adaptação e de imaginação construtiva: o “jeitinho” é a condição *sine qua non* para se construir um barraco numa favela” (JACQUES, 2001, p. 23). Frequentemente, a construção é iniciada pelo recolhimento de materiais heterogêneos pelo próprio construtor — sejam estes garimpados em canteiros de obras pela cidade, sejam comprados como refugos de materiais de construção. Nesse procedimento, “os materiais recolhidos e reagrupados são o ponto de partida da construção, que vai depender diretamente do acaso dos achados, da descoberta de sobras interessantes” (JACQUES, 2001, p. 23).

Por essas características, as periferias e favelas urbanas desenvolvem padrões de produção do espaço específicos, que respondem ao atendimento imediato das necessidades e a um modo particular de ocupar e habitar o espaço. Nesse sentido, Lobosco (2022) destaca que a configuração espacial dos assentamentos periféricos possui uma lógica interna pautada pelo aproveitamento máximo do terreno e dos recursos empregados, e que produz uma grande flexibilidade espacial em sua estrutura interna.

Importante atentar, assim, que o modo de produzir e habitar os espaços opacos não se trata de uma “**reprodução mambembe da cidade**”, tendo em vista que as práticas e os padrões de ocupação que ali ocorrem são revestidos de valores distintos da cidade formal: “o feio e **o inacabado se transformam em utilitário e em processo, e a construção, ainda que precária, cristaliza o esforço da resistência e da evolução constante na produção da moradia**, despertando o apreço e orgulho dos seus habitantes” (LOBOSCO, 2011, p. 42, grifo nosso).

Se a construção inacabada traz, em cada melhoria ou ampliação, as marcas e o esforço do trabalho ali empregado para sua confecção, não é possível afirmar o mesmo da arquitetura produzida hegemonicamente. Nas obras de arquitetos, finalizada sua construção, todos os seus traços são apagados, fazendo “esquecer tudo aquilo que nele está objetivado sob a forma de trabalho alienado” (BICCA, 1984, p. 219). Na sua inauguração, tudo o que remete a sua construção é retirado, enquanto que na autoconstrução não há o momento da inauguração e as marcas do trabalho ali cristalizado se fazem presentes nas esperas de um porvir.

5 O saber-fazer da tática da gambiarra nos espaços opacos

Diante da ausência de mecanismos adequados de acesso à terra, à moradia e à infraestrutura urbana de qualidade, os pobres urbanos lançam mão de táticas variadas e pulverizadas para suplantar as enormes carências de seus territórios. Nesse quadro, a atuação tática se apresenta como um mecanismo de defesa para lidar com as condições de precariedade urbana, econômica e social (LOBOSCO, 2011; 2022), sem necessariamente confrontar o sistema, mas encontrando nele algumas brechas como formas de sobrevivência (CERTEAU, 1998).

No âmbito dos assentamentos periféricos, **a tática da gambiarra** é bastante frequente, e relaciona-se à maneira como os moradores “usam o ‘jeitinho’ para participar, mesmo que precariamente, dos benefícios provenientes da modernidade, usufruindo de parte da infraestrutura das grandes cidades brasileiras” (BOUFLEUR, 2013, p. 21). O termo “gambiarra”, de forma bastante abrangente, envolve tudo aquilo que é feito de forma improvisada e sem preparação, com as habilidades e os recursos do momento e com os materiais que se tem à mão. Nos espaços opacos, a motivação da gambiarra se assenta na ausência de alternativas para um constrangimento prático qualquer, “sendo antes uma resposta a uma situação de falta do que uma escolha feita com livre arbítrio” (DOS ANJOS, 2007, p. 34).

Nesses contextos, as táticas cotidianas são “ao mesmo tempo, produtos e produtoras do próprio espaço que as abriga” e, “ao se reproduzirem continuamente, se estruturaram como o padrão local de atuação (LOBOSCO, 2022, p. 36076). Por conseguinte, a tática da gambiarra atua como uma maneira de saber-fazer que possibilita a flexibilidade “da relação temporal projeto-construção-habitação” (LOBOSCO, 2022, p. 36076) e possibilita o atendimento funcional e imediato às demandas espaciais de forma dinâmica e não vinculada a um projeto concebido à priori.

Nessa perspectiva, e nos termos propostos por Escobar (2016) e Gutiérrez Borrero (2015), a tática da gambiarra nos espaços opacos — como prática sistemática de transformação e adaptação de objetos e espaços — pode ser entendida como projeto, na medida em que parte de saberes práticos cotidianos compartilhados e desenvolvidos no interior da comunidade. Assim, embora o discurso urbanístico hegemônico busque sistematicamente excluir as práticas ordinárias do cotidiano, elas sobrevivem e se proliferam alheias ao sistema que as pretende administrar ou suprimir, “combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias” (CERTEAU, 1998, p. 175).

Não obstante, embora Certeau (1998) tenha atribuído às práticas ordinárias do cotidiano o estatuto de objeto teórico, no campo dos estudos urbanos brasileiros, são encontradas pouquíssimas alusões à tática da gambiarra, geralmente vinculadas a uma conotação negativa, associada ao improviso nos processos construtivos e à falta de planejamento de nossas cidades. A manifestação mais recorrente e abundante da gambiarra ocorre de forma irônica nos diversos memes¹ que satirizam a forma improvisada do jeitinho brasileiro de se virar para sanar, mesmo que provisoriamente, as mais distintas adversidades impostas pelas limitações socioeconômicas, conforme exemplificado nas figuras 1 e 2.



Fig. 1: Meme na internet sobre a forma improvisada de construir nas periferias urbanas, 2021. Fonte: iFunny, 2021. Disponível em: <https://br.ifunny.co/picture/fazer-gato-na-net-e-na-luz-e-coisa-de-4ijidu759>. Acesso em: 09 ago. 2022.

¹ Memes são mensagens de linguagem simples, irônica e direta, de fácil compreensão e rápida replicabilidade e compartilhamento.

Minha casa minha vida agora com espaço gourmet.



Fig. 2: Meme a respeito das gambiarras dos pobres urbanos, 2015. Fonte: José Simão, 2015. Disponível em: <https://blogdosimao.blogosfera.uol.com.br/2015/01/08/o-brasil-e-ludico-espaco-gourmet/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

200

Por esses exemplos, constata-se que a tática da gambiarra nos espaços opacos é apresentada quase em sua totalidade de forma pejorativa, satirizando a precariedade dos meios e a criatividade do povo brasileiro em improvisar as mais diversas soluções para contornar as adversidades. Dessa forma, ao não considerar como legítimas ou dignas de atenção as práticas espaciais subalternizadas, os “especialistas” reforçam o privilégio simbólico e material das formas hegemônicas de produção do espaço. Nessa leitura, as práticas gestadas fora desse domínio são tidas como precárias e os “não especialistas” são tidos como leigos, detentores de saberes hierarquicamente inferiores.

No entanto, na contemporaneidade, vêm surgindo algumas abordagens vinculadas aos campos das artes visuais, do design e da tecnologia, que vislumbram na prática da gambiarra, um conjunto de manifestações que representa uma forma de inovação, com suas especificidades estéticas e inventivas (DOS ANJOS, 2007; ROSAS, 2008; OBICI, 2014; CORRÊA; MAASS, 2021). Sem pretender recair numa visão romântica do fenômeno ou numa certa estetização do precário, são apresentadas a seguir algumas dessas proposições que nos parecem contundentes para refletir sobre a liminaridade entre projeto e gambiarra, no âmbito da produção cotidiana dos espaços opacos.

Rennó (2016) afirma que a gambiarra pode ser apreendida como um **ato contestatório**, como “uma constante **desobediência ao planejamento limpo** que oculta seus processos constituintes e que **impõe apenas um uso aos objetos**, previamente determinado de cima para baixo” (p. 132, grifo nosso). Em uma direção semelhante, Obici (2014) ressalta que a gambiarra “institui, mesmo que temporariamente, a inversão dos desígnios embutidos na tecnologia, **revelando o avesso da ordem que ela instaura**” (p. 44, grifo nosso). Seu praticante assume, mesmo que provisoriamente, “o papel de engenheiro e/ou designer e/ou inventor capaz de criar outras funções aos objetos, saindo do lugar de consumidor

passivo para o de propositor ativo, invertendo hierarquias” (p. 42). Bouffleur (2013) também defende que, ao realizar uma gambiarra, o cidadão comum demonstra, em termos concretos, que tem **“autonomia para ‘re-significar’ os objetos ao seu redor, invertendo a ordem de domínio ‘estabelecida’ por quem a concebeu”** (p. 237, grifo nosso).

Pelo exposto, pode-se depreender que o processo da gambiarra rompe com o apagamento do indivíduo e com o desaparecimento de sua contribuição pessoal transferida para a matéria. Na prática da gambiarra todas as suas conexões ficam expostas, contrariando a lógica dos produtos como unidades fechadas e com usos pré-determinados por quem os concebeu, demonstrando “um crescente desrespeito pela identidade de um objeto, bem como pela verdade e pela autoridade que essa identidade impõe” (ROGNOLI; OROZA, 2015, p. 4, tradução nossa). De maneira similar aos objetos, as adaptações da gambiarra são também verificadas na paisagem urbana dos espaços opacos, em um processo contínuo e não vinculado a um projeto “final”, que possibilita a flexibilidade e abertura para mudanças ao longo do tempo em função das circunstâncias sempre mutantes (figuras 3 e 4). Nesse aspecto, a prática da gambiarra atualiza e subverte objetos e espaços, atuando como uma insubordinação horizontal à racionalidade do projeto urbano hegemônico.



Fig. 3: Conexões de água expostas em fachada de casa na Pedreira Prado Lopes, em Belo Horizonte. Fonte: Autora, 2022.



Fig. 4: Capa da Revista Veja São Paulo sobre a multiplicação das lajes nas periferias dos centros urbanos. Fonte: Veja São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/vejasp/posts/10157417831858258/>. Acesso em: 10 nov. 2022

Verifica-se, assim, que na maneira de saber-fazer da gambiarra, o indivíduo é, simultaneamente, o projetista e o executante da obra, num processo que une o ato de conceber ao ato de executar, configurando-se em um raciocínio projetivo imediato. A gambiarra designa tanto o ato de construir algo em razão da escassez, quanto os aparatos construídos, tanto a operação quanto o seu resultado, tanto o produto quanto os seus meios (DOS ANJOS, 2007). Na medida em que a concepção, o projeto e a execução ocorrem de forma quase concomitante, a gambiarra nega a lógica dualista entre o saber e o fazer e rompe também com a compartimentação imposta pela divisão vertical do trabalho. Nessa perspectiva, a maneira de fazer da gambiarra se configura como uma ação que se sabe um pensamento: é simultaneamente um fazer-pensando e um pensar-fazendo.

6 Considerações finais: por maneiras outras de saber-fazer

A atuação tática nas periferias brasileiras se estabelece como um dispositivo para suprir as necessidades do momento com os recursos disponíveis, e se configura como resposta para o lento processo de construção da cidade convencional, tendo em vista que parte da urgência do real. Nesses contextos, a tática da gambiarra se apresenta tanto como uma característica quanto como uma necessidade. Como demonstrado, essas práticas não ocorrem, portanto, por desorganização, espontaneidade ou descontrole — mas, notadamente, pela aplicação discriminatória dos planos e projetos urbanísticos como mecanismos de reforço das desigualdades.

Nesse quadro, a produção cotidiana dos espaços opacos ocorre em uma complexa relação dialética entre formalidade e informalidade, e entre acomodação e resistência frente às estruturas dominantes. Nessa perspectiva, as táticas sobrevivem e se proliferam, alheias ao sistema que as pretende administrar ou suprimir (CERTEAU, 1998). Como exposto, a tática da gambiarra nas periferias permite aos moradores “realizar pequenos ‘desvios de rota’ na ordem estabelecida” (LOBOSCO, 2011, p. 44) — desvios que produzem microrresistências às práticas urbanísticas hegemônicas, ao desafiar, mesmo que instintivamente, uma certa concepção de cidade e o entendimento da própria noção do projeto como algo acabado e imposto de cima para baixo.

Embora as intervenções táticas não consigam, por si mesmas, resolver os conflitos advindos de políticas urbanas sistemáticas de exclusão, elas podem desafiar uma certa concepção rígida sobre o projeto na produção cotidiana do espaço e indicar o alargamento do horizonte disciplinar do urbanismo como um campo transversal de convergência de saberes (PEREIRA; JACQUES, 2018).

Este ensaio lança, pois, um convite para um olhar mais atento para as táticas espaciais opacas, as quais vem sendo sistematicamente negligenciadas pelo saber hegemônico. Ao fazê-lo, são reveladas nuances que passam despercebidas pelos holofotes lançados sobre a produção hegemônica do espaço urbano. Assim, entre o excesso de luz e a escuridão total, podem ser distinguidos espectros variados que mostrem maneiras outras de saber-fazer cidades, ou, como provoca Ana Clara Torres Ribeiro (2012, p. 67): “Para ver o que não via, precisei deixar de ver o que via sempre. Precisei trocar de cegueira”.

Agradecimento

A autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da Bolsa de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ), sob orientação da Professora Adriana Sansão Fontes.

Referências

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. **Impulso**, Piracicaba, v. 17, p. 93-103, 2006.

BICCA, P. **Arquiteto, a máscara e a face**. São Paulo: Projeto, 1984.

BOUFLEUR, R. **Fundamentos da Gambiarra**: A improvisação utilitária contemporânea e seu contexto socioeconômico. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BOM CONSELHO. Intérprete: Chico Buarque. Compositor: Chico Buarque. In: Caetano & Chico juntos e ao vivo. Intérpretes: Caetano Veloso e Chico Buarque: Polygram/Philips, 1972. 1 LP, faixa 1.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORRÊA, P. C.; MAASS, M. C. O design espontâneo periférico de Brasil e Cuba na América Latina. **VIRUS** n. 23, 2021. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=11&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DOS ANJOS, M. Contraditório. In: **Panorama da Arte Brasileira 2007**. Curadoria de Moacir dos Anjos. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2007.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño**. La realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca/Sello Editorial, 2016.

FARRÉS DELGADO, Y. **Críticas decoloniales a la arquitectura, el urbanismo y la ordenación del territorio**: hacia una territorialización de ambientes humanos en Cuba. Tese (Doutorado em Urbanismo). Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da Universidad de Granada, Granada, 2014.

FERRO, S. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREIRE-MEDEIROS, B.; NAME, L. Epistemologia da laje. **Tempo Social** Revista de Sociologia da USP, v. 31, n. 1, p. 153-172, jan./abr. 2019.

GUTIÉRREZ BORRERO, A. El Sur del diseño y el diseño del Sur. In: SANTOS, B. S.; CUNHA, T. **Actas Colóquio Internacional Epistemologias do Sul**: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul. Coimbra, Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado, 2015, p. 745-759.

GUTIÉRREZ BORRERO, A.; NAME, L.; CUNHA, G. R. Alfredo Gutiérrez Borrero – Desenhos-outros: da hegemonia ao giro decolonial e dos desenhos do sul aos dessocons (entrevista). **Redobra**, n. 15, ano 6, p. 59-86, 2020.

JACQUES, P. B. **Estética da ginga**: A arquitetura das favelas através da obra de Helio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LOBOSCO, T. **Como se faz uma favela**: práticas e cotidiano na produção do espaço urbano “periférico”. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) — Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2011.

LOBOSCO, T. A Favela como reação à “descontextualização” da modernidade: práticas cotidianas e adaptação tática. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 5, p. 36074-36087, mai. 2022.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

MIGNOLO, W. **Histórias Locais / Projetos Globais**: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

OBICI, G. L. **Gambiarra e Experimentalismo Sonoro**. Tese (doutorado em música) — Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Música, São Paulo, 2014.

PEREIRA, M. S.; JACQUES, P. B. (org.) **Nebulosas do pensamento urbanístico – Tomo I**: modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RENNÓ, R. Cientistas da gambiarra, poetas do imperfeito. In: PAULINO, F. (org.). **Gambiólogos 2.0**: a gambiarra nos tempos do digital. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Fogão de Lenha Editora / Oi Futuro, p.131-137, 2016.

RIBEIRO, A. C. T. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Redobra**, n. 9, ano 3, p. 58-71, 2012.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROGNOLI, V.; OROZA, E. **“Worker, build your own machinery!”** A workshop to practice the Technological Disobedience. PLATE Conference 2015. Nottingham Trent University, p. 1-10, jun. 2015.

ROSAS, R. Gambiarra: alguns pontos para se pensar uma tecnologia recombinante. **Revista Gambiarra**, n. 1, ano 1, p. 19-26, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUZA SANTOS, B.; MENEZES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, p.29-67, 2013.

SOUZA SANTOS, B.; MENEZES, M.P. Prefácio. In: SOUZA SANTOS, B.; MENEZES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, p.16-27, 2013.

YIFTACHEL, O.; AVNI, N. The new divided city?' Planning and 'gray space' between global north-west and south-east. In: PARNELL, S. e OLDFIELD, S. (org.) **The Routledge Handbook on cities of the global south**. Londres e Nova York: Routledge, p. 487-505, 2014.